



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A BUSCA PELA REDENÇÃO: o trabalho de escovar a história a contrapelo na docência inclusiva

LUCIANA XAVIER BASTOS LACERDA¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

FÁBIO MANSANO DE MELLO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

Resumo

A presente revisão bibliográfica propõe uma reflexão crítica sobre os fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da docência inclusiva à luz da metáfora benjaminiana de “escovar a história a contrapelo”. Parte-se de uma crítica à história linear e oficial que silencia as experiências dos vencidos, trazendo à tona a memória como espaço de disputa e possibilidade de emancipação. A docência inclusiva, enquanto prática política, é compreendida como ferramenta de reparação histórica, tanto no acesso à educação quanto na construção de identidades coletivas em resistência. Ancorando-se em autores como Benjamin, Pollak, Freire, Sasaki, Marx e Engels, o trabalho articula a práxis docente com a luta por justiça social, reconhecendo a memória como força política para acionar o freio de emergência da história. A proposta inclusiva, que compreende políticas de reparação como as cotas e currículos especializados, torna-se expressão concreta do projeto de redenção social. Assim, a atuação docente comprometida com os vencidos inscreve-se como prática contra hegemônica, atravessada por afetos, solidariedade e desejo de transformação estrutural da sociedade.

Palavras-chave: Docência inclusiva. Memória. Redenção.

Introdução

A história oficial, linear e triunfalista frequentemente silencia os grupos historicamente marginalizados, apagando ou distorcendo suas experiências. Este texto parte do incômodo diante dessa linearidade histórica e da compreensão de que a educação, especialmente à docência inclusiva, pode configurar-se como um gesto político de ruptura com essa lógica excludente. Inspirado na metáfora de Walter Benjamin (2012), que propõe “escovar a história a contrapelo”, e na concepção da memória como campo de disputa, conforme argumenta Pollak (1982, p. 5): “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa

¹ Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). Docente da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Instituto Federal da Bahia - IFBA.

² Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS-UESB). Docente do Programa de Pós-graduação em Memória da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

disputa da memória”, este estudo propõe refletir sobre o papel da docência inclusiva como prática de reparação histórica e possibilidade concreta de redenção social.

A proposta é pensar a inclusão educacional não apenas como cumprimento de políticas públicas ou práticas pedagógicas, mas como um gesto ético-político de rememorar os esquecidos e promover a justiça social. A partir de uma revisão bibliográfica crítica e interdisciplinar, este trabalho mobiliza as ideias de Benjamin (2012), Pollak (1982), Marx e Engels (2007; 2008), Freire (1996) e Sasaki (1999) para articular o ensino inclusivo como prática de resistência, memória e transformação. O objetivo é apontar como a docência inclusiva pode ser compreendida como uma forma de práxis política dos oprimidos, atuando no tempo presente como freio de emergência na história, à maneira benjaminiana e, ao mesmo tempo, como instrumento de construção de um futuro emancipador e redentor. Este texto faz parte de um recorte do projeto de tese em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Escovar a história a contrapelo: memória, práxis e resistência

Benjamin (2012), em suas “Teses sobre o conceito de história”, propõe uma ruptura com a concepção linear e progressiva do tempo histórico. Para o autor, a história dos vencidos permanece soterrada sob os escombros do progresso, exigindo ser escovada “a contrapelo”, ou seja, reinterpretada a partir da perspectiva dos marginalizados e excluídos. É nessa chave que se insere à docência inclusiva: como trabalho político de trazer à luz as histórias silenciadas e, a partir delas, construir práticas pedagógicas reparadoras.

Löwy (2005) argumenta que Benjamin compreende a revolução não apenas como um salto para o futuro, mas um gesto no presente que recupera do passado aquilo que ainda pulsa como possibilidade. Sua ideia de freio de emergência, um gesto de ruptura com a continuidade destrutiva da história, encontra ressonância no conceito marxista de revolução como práxis coletiva da classe trabalhadora (Marx; Engels, 2007). Ambos compartilham a crença de que a transformação histórica nasce da ação coletiva dos oprimidos. No entanto, para Benjamin (2012), essa ação é mobilizada pela memória e não apenas pela posição na estrutura produtiva.

Nesse sentido, a memória deixa de ser um repositório passivo de informações e torna-se campo de disputa política. Como enfatiza Pollak (1982), a memória é constantemente enquadrada por dispositivos de poder que legitimam certas narrativas e suprimem outras. A



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

história oficial, portanto, é apenas uma das versões possíveis do passado, isto é, aquela que venceu. A docência inclusiva, ao reconhecer e dar visibilidade às memórias subterrâneas e afetivas de seus sujeitos, torna-se um espaço privilegiado de resistência e reinterpretação da história.

Esse reconhecimento se materializa na construção da acessibilidade como princípio orientador da práxis docente. É no cotidiano escolar, mediado por uma reflexão crítica constante, que se consolidam atitudes inclusivas comprometidas com o enfrentamento do capacitismo, do racismo, do machismo e das múltiplas formas de vulnerabilidade social. Ao considerar os marcadores interseccionais presentes na trajetória dos estudantes, torna-se possível incorporar metodologias pedagógicas que não confundem igualdade de processos com igualdade de oportunidades. Nesse contexto, à docência inclusiva se configura pela adoção de práticas que viabilizam a flexibilização de instrumentos avaliativos, a diversificação de procedimentos didáticos e o fortalecimento de uma formação docente pautada na consciência política e no compromisso com a transformação social.

Inclusão como práxis: a memória dos vencidos e a justiça social

No contexto da educação inclusiva, a memória e a práxis se articulam na construção de currículos que atendem às singularidades de pessoas com deficiência, transtornos de aprendizagem ou neurodivergências. Tais sujeitos foram historicamente excluídos das narrativas educacionais e relegados às margens do sistema escolar. Recuperar suas experiências, portanto, é também escovar a história da educação a contrapelo.

Sasaki (1999, p.17), ao afirmar que “é a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios”, sintetiza a urgência de uma inclusão construída com os sujeitos e não para eles. Isso implica romper com a lógica assistencialista e promover a autonomia, à semelhança do que propõe Freire (1996) que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (p. 58). A prática docente inclusiva exige, portanto, uma postura atenta e comprometida com a realidade do outro, reconhecendo-o como sujeito de direitos e saberes.

A docência inclusiva torna-se, assim, um gesto revolucionário no sentido benjaminiano. Ao promover acessibilidade metodológica, incorporação de tecnologias assistivas e construção de vínculos solidários, ela atua como instrumento de reparação histórica. É por meio dessas



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

práticas que se colabora com a tentativa de redenção dos vencidos, sujeitos historicamente desumanizados pela concepção dos opressores (vencedores), que, no âmbito da política do tempo, segundo a concepção benjaminiana de “tempo de agora”, necessitam ser reconhecidos como protagonistas de sua própria história.

Este trabalho não pretende atribuir à ação docente, isoladamente, a responsabilidade pela redenção social, desconsiderando as determinações estruturais da sociedade, da política e da economia. Ao contrário, busca refletir sobre a contribuição da prática docente na ativação do “freio de emergência” (metáfora benjaminiana) diante do curso desgovernado da história, que tem avançado sobre os trilhos da exclusão e do silenciamento das memórias dos grupos estigmatizados, marginalizados e historicamente compreendidos como os vencidos.

A docência como trabalho redentor: uma ética da memória e da solidariedade

Pensar à docência como trabalho também remete à reflexão marxista sobre a centralidade do trabalho na constituição do ser social. Marx, nas “Teses sobre Feuerbach”, ressalta que a transformação do mundo só pode ocorrer pela práxis concreta e sensível dos sujeitos. A docência inclusiva é essa práxis, trabalho concreto, situado e afetivo, que busca interferir na realidade para transformá-la.

Nesse contexto, o professor inclusivo é aquele que, ao construir uma prática pedagógica crítica e acolhedora, atua politicamente para desmontar os dispositivos de exclusão que operam na escola. Ao mesmo tempo, engaja-se em um projeto de mundo que não apenas reconhece a diversidade, mas a celebra como força constitutiva da coletividade.

Assim, a proposta de redenção aqui defendida não se refere a uma noção utópica, mas sim a um projeto político-educacional de justiça e emancipação. A memória, nesse sentido, é instrumento para repensar o futuro: não como destino, mas como possibilidade germinada no presente. É por isso que Benjamin (2012) insiste em que o tempo do agora contém a energia necessária para interromper a barbárie, e à docência inclusiva, como prática dessa energia, contribui como um dos motores dessa transformação.

Considerações Finais

A partir da metáfora benjaminiana de escovar a história a contrapelo, este trabalho procurou refletir sobre a docência inclusiva como prática política de memória, resistência e



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

reparação. Ancorada nas teorias de Benjamin, Marx, Freire, Pollak e Sasaki, a análise evidenciou que a inclusão escolar ultrapassa as barreiras da pedagogia tradicional para se inscrever como ato de justiça social.

Entendida como práxis, a docência inclusiva mobiliza afetos, saberes e histórias silenciadas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e solidária. Reconhecer a memória dos vencidos e dar-lhe lugar no currículo, na condução da didática, procedimentos mitológicos e processos avaliativos na vivência escolar é abrir espaço para uma nova escrita da história, uma história marcada pela pluralidade, pela dignidade e pela possibilidade de redenção social.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre literatura e história da cultural. Obras escolhidas, v. 1, 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio, uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.